

O MEIO SOCIAL E A ESCOLA NUM
CONTEXTO IMIGRATÓRIO - O
EXEMPLO DO LUXEMBURGO

POR

JORGE CARVALHO ARROTEIA *

* Professor auxiliar na Universidade de Aveiro

1. INTRODUÇÃO

Em nota anterior (1) demos contas de alguns valores relacionados com a escolaridade de crianças portuguesas no Luxemburgo, país onde a presença de nacionais é relevante se atendermos não só ao seu volume entre o total de habitantes — cerca de 8% em 1980 — mas sobretudo ao facto de, em pouco mais de uma década, ela se ter tornado a comunidade estrangeira mais numerosa residente nesse país — cerca de trinta mil emigrantes na mesma data.

Apresentámos ainda alguns dados relacionados com a frequência escolar: ensino pré-primário, primário, médio técnico-profissional e secundário, tendo apontado algumas das dificuldades que, em nosso entender, afectam o ensino da população imigrante e, em particular, os cursos de Língua e Cultura Portuguesa em funcionamento.

Justifica-se, deste modo, o nosso interesse em completarmos essa nota com os novos elementos, resultantes da análise de um inquérito feito a parte da população mais jovem que frequentava aqueles cursos. E onde procuramos avaliar a influência do meio social sobre a população escolar, não em termos específicos de insucesso, mas do conhecimento das dificuldades referidas por esses alunos e do «projecto» que nesta data os identifica.

Só que os resultados agora obtidos, por serem demasiado parcelares, servirão apenas para orientar, através de uma reflexão crítica às questões formuladas, uma investigação futura a desenvolver neste domínio.

1) AFROTEIA, J., «Notas sobre a escolaridade de crianças portuguesas no Luxemburgo» in: *Revista da Universidade de Aveiro - Série Ciências da Educação*, 2 (1,2), 1981, pp. 168-176.

Com efeito, tão importante como a manutenção dos postos de trabalho no estrangeiro ou a canalização das remessas para Portugal, será necessário tornar extensivo o ensino da língua e da cultura portuguesa à população em idade escolar, valorizando-a em todos os seus aspectos. Não como uma realidade inferior, mas diferente da dos países de acolhimento, de modo a que possa contribuir, através da sua divulgação, para um melhor esclarecimento, junto da população autóctone, dos valores culturais das comunidades imigrantes.

Daí que a adaptação dos actuais programas de ensino a essa realidade seja por demais evidente, tendo em conta a maior participação dos emigrantes mais jovens na vida social luxemburguesa ou, eventualmente, o seu regresso definitivo a Portugal. Tantas vezes determinado pela melhoria das condições económicas, das dificuldades encontradas no ingresso da actividade profissional ou das imposições familiares, decorrentes do interesse manifestado pelos pais em proporcionar aos seus filhos o seguimento dos estudos no país de origem.

2. A VIVÊNCIA NO LUXEMBURGO

Quedemo-nos por agora na análise dos resultados obtidos por inquérito directo, extensivo a cerca de três centenas de alunos da 5.ª e 6.ª classes e do 7.º e 9.º ano de escolaridade que frequentavam em Luxembourg-Ville e em Esch-sur-Alzette os cursos de Língua e Cultura Portuguesa (2).

Das 291 respostas apuradas, 45,4% pertenciam a alunos do sexo masculino e cerca de 62,3% dessa população tinha idade compreendida entre os 10 e os 14 anos. Quanto ao tempo de permanência no Luxemburgo, mais de 3/4 dessa população residia há pelo menos cinco anos nesse país, onde cerca de 46,7% disseram gostar de residir.

Como motivos principais, indicaram: o melhor nível de vida e as facilidades de emprego - 15,7% das respostas; a existência de amigos - 12,0%; o facto de considerarem o Luxemburgo mais bonito do que Portugal - 10,2% e o de terem aí nascido ou lá residirem há bastante tempo - 4,0%.

Embora 6,2% dos alunos referissem uma certa indecisão, os restantes 47,1% disseram não gostar do Grão Ducado por: inexistência de mar ou por considerarem o clima mais agreste do que o de Portugal - 16,8%; afastamento dos familiares - 12,0%; gostarem mais de Portugal - 8,8% e ainda razões de racismo e mal estar social - 5,8%.

Da comparação destes resultados, verifica-se que a dispersão das respostas, analisadas no seu conjunto, valorizam o tempo de permanência

2) Trabalho de campo realizado em Abril de 1981.

nesse país, com o reconhecimento de melhores oportunidades de emprego e existência de um grupo de amigos, já que mais de metade dos alunos nesta situação aí residia há pelo menos uma dezena de anos. Já os que chegaram recentemente apontam os contrastes de natureza física e os laços afectivos (afastamento familiar, por exemplo), como causas determinantes da apreciação negativa que fazem do Luxemburgo.

3. O INTERESSE PELO PAÍS DE ORIGEM

Ainda que aceitando viver no Grão Ducado, o projecto destes jovens aponta, na sua maioria, para o regresso ao país de origem em percentagem bastante elevada. Com efeito, mais de 85,4% das respostas manifestam desejo de voltar a Portugal, indicando como causas: o regresso ao seu país natal (30,0%) e o juntarem-se a familiares (23,1% dos casos). Eventualmente essa atitude é determinada pela vinda dos pais (14,7%) e uma parcela diminuta (4,0% dos alunos), refere o desejo de aqui prosseguir os estudos.

Pelo contrário, dos que tencionam ficar no Luxemburgo, 3,6% dos casos referem não se adaptar à vida na terra de seus pais, e 4,4% reconhecem encontrar em Portugal maiores dificuldades de emprego. O que nos faz pressupor que, muitos dos restantes, uma vez saídos da escola e encontrado o seu primeiro emprego, poderão vir a modificar essa atitude. Facilitada aliás pelo melhor conhecimento das línguas alemã e luxemburguesa daí resultando melhores contactos com os colegas dessa nacionalidade e o acumular de experiências que serão decisivas para orientar uma opção a favor da permanência no Grão Ducado. A menos que, como ilustra uma percentagem elevada de exemplos, esse regresso seja determinado pelo regresso dos familiares, em consequência do agravamento das taxas de desemprego registadas nesse país.

Ainda que carecendo de uma análise posterior, alargada à população escolar de outros centros urbanos e das áreas rurais do Luxemburgo (que não frequenta os cursos de língua e cultura portuguesa), o projecto destes alunos expressa um grande interesse pelo país de origem. Embora nesta fase ele nos pareça dominado por uma certa afectividade, realçando a sua dependência em relação à atitude dos pais. Que reconhecem, se o seu actual mercado de emprego continuar a agravar-se, serem os últimos contratados e os primeiros despedidos.

Daí, o considerarmos ser necessário atender a esta situação reformulando alguns dos objectivos deste tipo de ensino para que atenda à situação presente e aproveite as estruturas disponíveis, de tal modo que os ensinamentos aí ministrados permitam o ingresso nos estabelecimentos de ensino

em Portugal; e, se possível, a melhor integração destes alunos na sociedade luxemburguesa. O que exige, a par de algumas acções integradas, um maior diálogo entre as autoridades responsáveis e os agentes de ensino que trabalham junto da comunidade emigrante e que se justifica, aliás, pelo tipo de dificuldades apontadas pelos alunos quanto a determinadas matérias e pelo seu interesse em frequentar a Escola oficial.

Mantendo-se a obrigatoriedade do ensino até aos 15 anos e a integração em classes normais dos alunos que chegarem tardiamente a este país, através da frequência das «classes d'accueil» persistem as dificuldades na aprendizagem da língua alemã (confirmadas por mais de metade das respostas), e eventualmente em outras matérias como o Cálculo, a História e a Geografia do Luxemburgo — mais de um terço dos casos analisados. O que acontece ainda com a História de Portugal, embora em número bastante reduzido — apenas 3,0% dos alunos.

Contudo é manifesto o interesse revelado por esta população na frequência dos cursos ministrados pelos professores portugueses, indicando, como causas principais: o gostarem de aprender e/ou aprofundar os conhecimentos da língua portuguesa - 29,6% dos alunos; ou genericamente o gostarem de aprender - 23,0%. Ainda que uma parcela reduzida (2,6% dos alunos) entenda que os conhecimentos adquiridos lhes podem facilitar a vida em Portugal, após o seu regresso. Esta apreciação pode ainda ser motivada, em particular, nos alunos do ensino primário, pela possibilidade de se encontrarem com os amigos (9,3% das respostas) e, eventualmente, por gostarem do professor - 15,2%.

Como estrangeiros e filhos de trabalhadores imigrantes, para muitos dos quais (cerca de 10% dos casos) os trabalhos domésticos constituem a ocupação normal dos tempos livres, esta população, afectada ainda pelos problemas específicos da sua idade, está sujeita a uma sobrecarga de horário e a dificuldade de acompanhamento por parte dos seus familiares. Daí que, embora em alguns dos exemplos conhecidos o aproveitamento escolar seja idêntico ao dos nacionais deste país, os dados anteriormente apresentados levantam algumas questões em torno do papel da Escola e da influência do meio social sobre o ensino nos países caracterizados por estes tipos de movimentos. E onde se devem incluir os países de emigração, de que Portugal constitui um bom exemplo.

4. TÓPICOS PARA UMA ACTUAÇÃO

A análise dos dados anteriores sugere naturalmente a apresentação de algumas medidas que tenham em vista atenuar as situações referidas, minimizando os reflexos negativos que uma apreciação menos atenta da

realidade escolar, neste ou noutros países de imigração, poderia induzir.

De qualquer modo, pensamos que seria útil proceder-se a uma reflexão alargada quanto aos objectivos da Escola, não numa época de relativo crescimento, mas de crise económica que afecta indistintamente os países «fornecedores» os receptores de mão de obra. E em que interviessem as Associações, os pais, os professores, os serviços de apoio à emigração e as autoridades escolares. Tendo em vista o desenvolvimento de uma pedagogia inter-cultural que atenda não só aos valores fundamentais da cultura dos países de imigração, mas ainda às suas múltiplas relações (e valores) com as sociedades de acolhimento.

Daí a atenção que, em nosso entender, deve ser dada à formação (e reciclagem) dos docentes, a quem deve ser exigido não só o domínio das línguas oficiais (neste caso o francês e o alemão) mas ainda um conhecimento mais perfeito da história, da civilização e das realidades sociais e económicas dos países onde se destinam. O que, em sentido inverso, deveria ser extensivo aos professores de nacionalidade luxemburguesa, através do ensinamento de algumas noções da língua portuguesa (não confundir por exemplo com língua brasileira) e de alguns factos mais relevantes da nossa história e civilização; e isto enquadrado nas suas linhas gerais na civilização ocidental, onde Portugal se situa.

Para esse efeito seria muito útil a frequência de estágios adequados e o contacto com as populações das aldeias mais afectadas pela emigração. Acções que deveriam ser acompanhadas por uma recolha de informação documental sobre os aspectos da vida quotidiana, dos costumes e tradições locais, que servisse de material didáctico e de suporte aos temas a desenvolver durante as aulas. Que em muitos domínios poderiam ser apresentados em colaboração com os professores de nacionalidade portuguesa, alargando assim as oportunidades de diálogo entre os formadores de ambas as nacionalidades.

Com efeito parecem-nos diminutas as iniciativas tomadas conjuntamente, o que de algum modo faz transparecer um certo esquecimento que os docentes referem, quanto aos problemas específicos da população escolar. Para a qual as perspectivas que se abrem a curto prazo, não serão demasiado animadoras.

Bastará para o efeito recordar os dados relativos ao prosseguimento dos estudos, onde é notória a ausência da população emigrante, levando a que, no futuro, os postos intermédios da economia luxemburguesa não venham a ser ocupados por esta população.

Este constitui, aliás, um dos problemas mais complexos que se levantam a estes jovens, devido ainda ao interesse, por parte dos seus familiares, em conseguirem um posto de trabalho. Sobre tudo se as dificuldades de integra-

ção resultam de uma chegada mais tardia ao Luxemburgo, difícil de colimar, mesmo pela frequência das «classes d'accueil». Criadas não só para os alunos de origem portuguesa mas de outras nacionalidades e que se destinam, prioritariamente, ao ensino de uma das línguas utilizadas, Francês ou Alemão, que permita o prosseguimento dos estudos.

Com efeito, se os «esparqueti» (3) e os «bacalhau» (4) coexistem dentro da mesma comunidade imigrante, as barreiras que os separam da população autóctone, nomeadamente no que concerne aos aspectos culturais, são de facto evidentes. Originando por isso, um trabalho suplementar por parte dos formadores e uma análise dos objectivos que se pretendem com o tipo de ensino que nesse país, como noutros locais do continente Europeu, Africano e Americano, é ministrado aos alunos aí residentes.

As autoridades responsáveis caberá dinamizar os serviços competentes, retirando-lhes a feição burocrática que porventura ainda tenham e concedendo-lhes outras atribuições, que não só a gestão do pessoal e a organização dos cursos.

Até porque, mais do que uma simples manutenção do «Status quo» inicial, se torna agora necessário rever o estatuto dos próprios agentes e formadores ao serviço das comunidades emigradas, já que as condições sociais e económicas se têm vindo a alterar desde que a Europa (e não só) deixou de ser afectada pelos grandes movimentos emigratórios.

3) Alcinha dada pelos alunos portugueses aos alunos de origem italiana.

4) Alcinha dada pelos alunos italianos aos alunos de origem portuguesa.